

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE COMO DIFERENCIAL NO DESEMPENHO DE ALUNOS NO ENEM NO TRIÊNIO 2016-2018

TEACHER WORKING CONDITIONS AS DIFFERENTIAL IN PERFORMANCE OF STUDENTS ON ENEM IN THE 2016-2018 TRIENNIUM

CONDICIONES DE TRABAJO DEL PROFESOR COMO DIFERENCIALES EN EL DESEMPEÑO DEL ESTUDIANTE EN EL ENEM EN EL TRIENIO 2016-2018

Bernardo Augusto Farah SANTOS¹

Maria Eduarda Dias SERENARIO²

Niltom VIEIRA JUNIOR³

RESUMO: Dentre os diversos fatores que influenciam as condições de trabalho, a baixa remuneração dos docentes sempre foi um desafio da educação brasileira. Esse artigo tem como intuito analisar a relação entre a remuneração docente e os resultados obtidos pelos discentes do ensino médio das redes estadual e federal de ensino do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa a partir de dados oficiais, fornecidos pelo Ministério da Educação, assim como observando as leis que regem os contratos dos docentes. A análise dos dados revelou que os docentes com menor remuneração e menor incentivo à formação continuada estão na rede estadual de ensino. Tal fato que induz a busca por novas fontes de renda, o que sobrecarrega o profissional. Essa realidade pode ter relação com os distintos resultados no Exame Nacional do Ensino Médio dos alunos da rede estadual quando comparada a rede federal de ensino, onde os docentes recebem melhores salários e incentivo à especialização.

Palavras-chave: Remuneração docente. Formação de professores. Qualificação docente. ENEM.

ABSTRACT: *Among the many factors that influence working conditions, the low remuneration of teachers has always been a challenge of Brazilian education. This work aims to analyze the relationship between teacher remuneration and the results obtained by the high school students from the state and federal systems of the state of Minas Gerais. For that, was held a search from the official data provided by the Ministry of Education, as well as observing the laws governing the contract of teachers. Data analysis revealed that teachers with lower pay and less incentive to continuing education are in the state school system. This fact induces the search of alternatives sources of income, which overloads the professional. This reality may be related with the different results in the National High School Examination of students from the state*

¹ Doutorando em Física e Química de Materiais, Mestre em Engenharia Mecânica, Bacharel em Engenharia Mecânica - Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ, São João del Rei, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0945-890X>. E-mail: bernardo.a.fs@hotmail.com

² Doutoranda em Física e Química de Materiais, Mestra em Engenharia Mecânica, Bacharel em Engenharia Mecânica - Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ, São João del Rei, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5273-5557>. E-mail: mediasserenario17@gmail.com

³ Pós-doutorado em Educação – PUC Minas, Doutor em Engenharia Elétrica, Mestre em Engenharia Elétrica – UNESP, Bacharel em Engenharia Elétrica – UNIFEB. Professor Associado III do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, Arcos, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1077-8302>. E-mail: niltom.vieira@ifmg.edu.br

system when compared to the federal education system, where the teachers receive better salaries and incentive to specialization.

Keywords: *Teacher's remuneration. Teacher's formation. Teacher's qualification. ENEM.*

RESUMEN: *Entre los diversos factores que influyen en las condiciones de trabajo, la baja remuneración de los maestros siempre ha sido un desafío para la educación brasileña. Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la remuneración de los docentes y los resultados obtenidos por los estudiantes de secundaria en los sistemas educativos estatales y federales del estado de Minas Gerais. Para ello, se realizó una encuesta basada en datos oficiales del Ministerio de Educación, así como en el cumplimiento de las leyes que rigen la contratación de los profesores. El análisis de los datos reveló que los maestros con salarios más bajos y menos incentivos para la educación continua se encuentran en el sistema estatal de educación. Este hecho induce a la búsqueda de nuevas fuentes de ingresos, que sobrecargan al profesional. Esta realidad puede estar relacionada con los diferentes resultados en el Examen Nacional de la Escuela Secundaria de los estudiantes en el sistema estatal en comparación con el sistema federal de educación, donde los maestros reciben mejores salarios e incentivos a la especialización.*

Palabras clave: *Remuneración de los profesores. Formación de profesores. Calificación docente. ENEM.*

Introdução

O processo educacional, como um todo, é conhecido pela diversidade de fatores que têm influência direta no seu desempenho e na sua qualidade. Questões como a estrutura de ensino, seja ela física ou intelectual, a qualidade do material utilizado, a percepção sobre as questões sociais do ambiente educacional, como também na qualidade dos docentes envolvidos têm sido objeto de estudo.

Não existe um consenso entre os estudos publicados sobre a relação entre o salário e a formação dos docentes com o desempenho dos alunos. Enquanto alguns autores afirmam não existir evidências de um efeito positivo dos salários dos professores sobre o desempenho discente (HANUSHEK, 1997), outros autores enfatizam a importância da qualificação do docente. Segundo Sanders e Rivers (1996), alunos com capacidades equiparáveis nos anos iniciais podem ter resultados acadêmicos diferentes de acordo com a qualificação dos professores que lhes são atribuídos ao longo dos anos. Alguns desses estudos não consideram fatores que afetam a qualidade docente, como a oportunidade de salários e as motivações que levam os profissionais a seguirem a carreira acadêmica (COSTA; ARRAES; GUIMARÃES, 2015).

Louzano *et. al.* (2010) apresenta dados de um relatório publicado pela consultoria McKinsey sobre como os sistemas escolares com melhor desempenho chegam ao topo.

[...] três ideias principais resumem o bom desempenho dos melhores países no Programa para Avaliação Internacional de Alunos (PISA⁴, no inglês) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): (a) esses países são capazes de atrair os estudantes de ensino médio com melhor desempenho para a carreira docente; (b) fornecem-lhes uma formação para o magistério de alta qualidade, e (c) asseguram que todas as crianças aprendam. (LOUZANO *et. al.*, 2010, p. 545).

Dados comprovam que países que detêm o melhor desempenho nas avaliações do PISA selecionam os docentes dentre os melhores alunos das universidades. Esses países também investem na atratividade da carreira docente e na formação de seus professores. Essa prática, infelizmente, não reflete a realidade do sistema de ensino brasileiro. O que se observa no Brasil é uma má valorização dos professores, pouco reconhecimento público da importância dos professores na formação dos alunos, baixo *status* social, isso sem contar o baixo salário e a falta de incentivo à formação continuada do docente (COSTA; ARRAES; GUIMARÃES, 2015; GURGEL; SOUSA JÚNIOR, 2013; LOUZANO *et al.*, 2010).

A realidade dos professores no Brasil é pautada no acúmulo de cargos. Como o salário pago por um único cargo é, em geral, insuficiente para viver com o mínimo de dignidade, as jornadas são fixadas de tal forma que se possa atuar em outras redes de ensino, ou ter mais de um cargo na mesma rede. Dessa forma surgem jornadas de 20, 24 ou 30 horas, jornadas essas que não permitem que o docente tenha tempo de dedicação a atividades de planejamento de aulas e trabalhos extraclasse. Outra prática muito comum na rede estadual de ensino são as chamadas horas-atividade, período no qual o docente se dedicaria a preparação de material e das aulas. Essas horas-atividades muitas vezes não precisam ser cumpridas dentro da instituição de ensino o que culmina em um sistema corruptível. De um lado o Estado, que paga um valor hora-aula muito abaixo do digno amparado ao fato de que os docentes podem atuar em mais de uma rede de

⁴ PISA, ou *Programme for International Student Assessment*, é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos. A pesquisa foi realizada pela primeira vez em 2000 com a participação de 43, em 2015, participaram do PISA 35 países membros da OCDE e 35 países parceiros. O último PISA realizado foi em 2018 no qual os resultados serão divulgados até o final de 2019.

ensino. Do outro lado estão os docentes, que na necessidade de complementar a renda, precisam ficar mais tempo em sala de aula e não conseguem planejar as atividades, prejudicando assim o desempenho dos alunos. Como Pereira (2007) enfatiza em seu trabalho:

Quando as condições do trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero 'dador de aulas'. (PEREIRA, 2007, p. 93).

Os efeitos da desvalorização do profissional da educação no Brasil também são consequência de um outro fator, de caráter político. Quando se trata da educação básica, no atual sistema educacional brasileiro, existe um imenso abismo entre a valorização da carreira de docentes da rede pública estadual e municipal quando comparados com a rede pública federal. Estados e municípios são as dependências administrativas que pior remuneram e planejam a carreira dos docentes. Em contrapartida, embora alguns vencimentos do poder executivo – em especial dos docentes – estejam dentre os menores das carreiras públicas⁵, a rede federal possui salários e mecanismos de progressão da carreira melhores quando comparados às outras redes. A lei 11.738/2008 que estipulou o piso nacional dos salários de professores da rede pública, que visava uma remuneração mais justa para essa categoria, tampouco vem sendo respeitada e ainda se apresenta defasada – destaca-se ainda que, quando atendida, geralmente, considera apenas a carga horária dentro de sala, desconsiderando as atividades extra sala necessárias à aula.

Este trabalho, então, tem como objetivo correlacionar a diferença da valorização entre os docentes com o desempenho de suas respectivas escolas perante as provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no período de 2016 a 2018.

Panorama da remuneração dos docentes da rede pública

Em termos de remuneração da classe docente, o Brasil infelizmente não se enquadra em lugar de destaque, principalmente se comparado a países desenvolvidos. Uma pesquisa realizada e publicada pela revista EXAME em 2016, indicou que se

⁵ Principalmente quando se observam os salários de alguns cargos dos poderes legislativo e judiciário – que nem sempre são ocupados por profissionais com graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, como na carreira docente.

comparados os pisos salariais dos professores da rede pública no Brasil com os pisos de países da Europa, certamente os professores brasileiros estariam no fim da lista. Outra questão bastante abordada pelos autores, é o fato de outras profissões, que requerem o mesmo nível de formação, apresentarem valorização superior de seus profissionais (GURGEL; SOUSA JÚNIOR, 2013; PINTO, 2009).

Segundo dados extraídos das bases de dados do Censo Escolar juntamente com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a rede federal é a que melhor remunera seus docentes, enquanto que a privada apresenta os menores vencimentos. A rede estadual, que é aproximadamente 45 vezes maior que a federal, paga menos da metade aos seus docentes. A Tabela 1 apresenta dados de 2014 a respeito da remuneração média ponderada por rede de ensino. Vale ressaltar que o governo não forneceu novos dados desde então.

Tabela 1 - Remuneração média ponderada por carga horária padronizada para 40 h semanais – Brasil, 2014.

Rede de ensino	Número de docentes	Média padronizada 40 horas semanais	Média de horas semanais do contrato
Federal	23.921	R\$ 7.767,94	39,3
Estadual	717.144	R\$ 3.476,42	31,1
Municipal	1.065.630	R\$ 3.116,35	30,6
Público	1.806.695	R\$ 3.335,06	30,9
Privada	377.700	R\$ 2.599,33	30,2

Fonte: Brasil, Inep (2017).

Apesar dos dados mencionados acima serem referentes ao ano de 2014 é válida a análise crítica da remuneração adequada dos docentes no Brasil. De acordo com a Nota Técnica N° 04/2019 de 7 de fevereiro de 2019, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o valor do piso do magistério para este ano é de R\$ 2.557,74 para uma carga horária de 40 horas aula semanais – destaca-se que cada “cargo” nas redes públicas consideram, em geral, 18h, 20h ou 24h. Segundo a Secretaria de Educação de Minas Gerais, esse vencimento, de acordo com o artigo 1º da Lei 21.710/2015, pode ser acrescido das seguintes gratificações:

- I. Abono Incorporável, de que trata o art. 8º desta Lei;
- II. Adicional de Valorização da Educação Básica – Adveb –, de que trata o art. 12 desta Lei;

- III. Adicional por Extensão de Jornada – AEJ –, de que trata o art. 35 da Lei nº 15.293, de 2004;
- IV. Adicional por Exigência Curricular – AEC –, de que trata o art. 36 da Lei nº 15.293, de 2004;
- V. Gratificação natalina;
- VI. Adicional de férias;
- VII. Adicional de insalubridade;
- VIII. Adicional de periculosidade;
- IX. Adicional noturno;
- X. Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XI. Espécies remuneratórias percebidas pelo exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança;
- XII. Gratificação Temporária Estratégica – GTE –, instituída pelo art. 14 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007;
- XIII. Abono de permanência previsto no § 19 do art. 40 da Constituição da República, bem como no § 5º do art. 2º e no § 1º do art. 3º da Emenda à mesma Constituição nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
- XIV. Prêmio por produtividade;
- XV. Férias-prêmio convertidas em espécie, nos termos do art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado;
- XVI. Vantagens pessoais destinadas a assegurar a irredutibilidade remuneratória ou instituídas para cumprimento de decisão judicial.

Ao realizar a análise dos adicionais aos vencimentos descritos na Lei 21.710/2015, percebe-se que há um baixíssimo incentivo à formação complementar, seja ela via especializações, mestrados ou doutorados. O segundo item descrito, por exemplo, que trata da valorização da educação básica (Adveb), acresce, após 5 anos de efetivação do cargo, apenas 5% do valor base ao vencimento. Os demais acréscimos são ínfimos e de certa forma desrespeitam o profissional, como é o exemplo do AEJ, o adicional por extensão de jornada. Na prática, a maioria dos docentes da rede estadual não conseguem seguir a Lei 11.738/2008, que determina que 2/3 da carga horária seja cumprida em sala de aula e os outros 1/3 seja voltado para o planejamento das disciplinas e de atividades extracurriculares. Nesse cenário, a extensão da jornada é mais do que normal, tornando essa gratificação quase que obrigatória. A realidade da rede estadual de ensino obriga os docentes a acumularem cargos, sobrecarregando suas funções e, conseqüentemente, prejudicando a qualidade do ensino.

Um outro problema identificado no plano de valorização dos docentes da rede estadual de Minas Gerais é em relação ao prêmio de produtividade, item XIV das gratificações mencionadas acima. A ideia por trás desse prêmio é nobre, porém sua execução é falha, e acaba por expor uma das maiores deficiências do setor público: a administração. O principal indicador nacional utilizado como referência nas políticas de avaliação no Brasil é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esse

índice é calculado a cada dois anos e leva em conta taxas de aprovação, como também o desempenho dos alunos em provas de matemática e língua portuguesa. Sendo assim, cada escola possui uma nota média padronizada e, a partir dessa nota, é possível ranqueá-las de forma a reconhecer as melhores. Em 2013, o governo do estado criou o “Acordo de Resultados”, onde as escolas assumem a responsabilidade de atingir metas nas avaliações de desempenho e o governo de Minas Gerais assume um compromisso de pagar um prêmio de produtividade anualmente, de acordo com as metas estabelecidas. Segundo Araújo (2019) esse tipo de estratégia faz com que o estado submeta o trabalho educativo a um conceito de produtividade baseado em metas quantitativas, e se distancia cada vez mais do propósito real do sistema de ensino. Nesse cenário, aumenta o número de escolas que são forçadas a aprovarem seus alunos ao fim dos anos letivos com o intuito de aumentarem seus escores perante as avaliações e, conseqüentemente, conseguirem garantir o prêmio de produtividade, que acaba por ser fundamental para a manutenção da escola como um todo. A precariedade e a tendência ao sucateamento das instituições de ensino são apenas mais sinais do péssimo amparo que os governos estaduais têm realizado sobre a educação no Brasil – e não se descarta a possibilidade de realidades ainda piores serem encontradas em outros estados do país.

Todos os fatores mencionados acima fazem com que os professores da rede estadual estejam cada vez menos motivados a desempenhar uma boa atividade docente, seja por falta de incentivo à qualificação e a melhora na qualidade das aulas ou pelo fato de que esses profissionais, ao invés de representarem a parcela mais importante do organismo educacional, são meros “peões” de um jogo de xadrez comandado e manipulado pelos interesses e metas governamentais (LOURENCETTI, 2014).

Em contrapartida, a rede federal, embora não apresente uma estrutura ideal do ponto de vista da valorização e da importância da profissão docente, possui estrutura significativamente melhor que àquela observada na estadual. Primeiramente, a maneira de contrato para a rede federal é majoritariamente via concurso, como mostra a Tabela 2. Os cargos concursados, na atual conjuntura, são aqueles que dão maior estabilidade aos profissionais (COSTA; ARRAES; GUIMARÃES, 2015), como também os que pagam os melhores salários e oferecem os melhores planos de carreira. Ainda se tratando do tipo de contrato, a rede federal emprega seus docentes em grande maioria com uma carga horária de 40 horas semanais, o que é possível observar pela média apresentada na Tabela 1. Por outro lado, os contratos mais comuns da rede estadual são de 24 horas semanais, além dessa administração apresentar uma porcentagem

equivalente ou até mesmo maior de profissionais com contratos temporários. Contratos temporários significam inconstância no processo educacional, o que não é desejável. Essa modalidade faz com que a cada temporada de contrato os professores estejam dando uma disciplina diferente, sempre disponíveis na oferta vigente. Um profissional que não foca e se dedica em um único assunto e seus adjacentes não é capaz de poder reconhecer e evoluir suas metodologias de ensino visando a melhoria do ensino.

Tabela 2 - Porcentagens das modalidades de contratação das redes estadual e federal no triênio 2016-2018 de escolas do estado de Minas Gerais.

Ano	Estadual – (%)				Federal - (%)			
	Concursad o	Contrato temporári o	Contrato terceirizad o	Contrat o CLT	Concursad o	Contrato temporári o	Contrato terceirizad o	Contrat o CLT
2016	50,22	49,69	0,00	0,09	75,92	24,08	0,00	0,00
2017	48,99	50,98	0,00	0,03	74,82	25,15	0,04	0,00
2018	40,66	59,25	0,00	0,10	82,23	17,64	0,13	0,00

Fonte: Brasil, Inep (2019).

Ainda, os profissionais da rede federal têm, em geral, melhor suporte da estrutura organizacional de sua dependência administrativa, que concebe aos mesmos uma qualidade financeira e estrutural que lhes permite desenvolver uma melhor atividade educacional. Tomando como referência o edital Nº 3, de 24 de dezembro de 2018, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSudeste-MG), o parágrafo 1.7 trata do vencimento e da retribuição por titulação dos docentes. Esses valores foram expostos na Tabela 3 juntamente com as possíveis titulações e os respectivos regimes de trabalho.

Tabela 3 - Remuneração inicial de docentes para 40 horas e dedicação exclusiva.

Regime de trabalho	Vencimento Básico	Título	Retribuição por Titulação	Auxílio Alimentação	Total
40h DE	R\$ 4.463,93	Doutorado	R\$ 5.136,99	R\$ 458,00	R\$ 10.058,92
40h DE	R\$ 4.463,93	Mestrado	R\$ 2.204,27	R\$ 458,00	R\$ 7.126,20
40h DE	R\$ 4.463,93	Especialização	R\$ 824,12	R\$ 458,00	R\$ 5.746,05
40h DE	R\$ 4.463,93	Aperfeiçoamento	R\$ 428,51	R\$ 458,00	R\$ 5.350,44
40h DE	R\$ 4.463,93	Graduação	-	R\$ 458,00	R\$ 4.921,93

Fonte: Brasil, Fundação CEFETMINAS (2018).

Percebe-se então, a significativa diferença salarial oferecida entre os governos estadual e federal. O salário base deste último é 74,5% maior do que o pago pela rede estadual, e se torna 92,4% maior quando somado o auxílio alimentação, que é pago para qualquer nível de formação. Ainda que na rede estadual o piso salarial seja referente ao profissional com nível médio (naturalmente é menos remunerado que profissionais com graduação), outro fator agravante é a falta de incentivo à qualificação profissional dos docentes, que devido as condições e as ofertas de carreira se sentem desmotivados a buscarem uma especialização em suas áreas. Esse comportamento resulta em um outro cenário, que discute o nível de formação e escolaridade dos professores das redes estadual e federal.

Panorama da formação e titulação dos docentes

Embora a maioria das escolas federais de educação básica também tenham compromisso com o ensino técnico e tecnológico, fazendo-se necessário professores com um conhecimento e conseqüentemente uma formação superior, isso não exclui o fato de que os alunos de escolas da rede estadual também possam desfrutar de um corpo docente com constante e maior titulação. Embora pouco se encontra na literatura a respeito da influência da titulação dos docentes na qualidade do ensino básico, apenas alguns autores avaliaram tal relação no ensino superior (PAIVA, 2010; ZONATTO et al., 2011), conjectura-se que o aprimoramento dos saberes e a formação continuada é tão ou mais importante que a própria experiência adquirida.

A Tabela 4 apresenta as porcentagens referentes à formação dos docentes no triênio de 2016-2018. É possível observar que mesmo na rede estadual, a grande maioria dos profissionais apresentam curso superior, o que indica que a maior parte dos profissionais tem algum tipo de graduação, seja ela na área ou não. Esse dado é importante ser destacado uma vez que se assume que quanto maior o nível de formação do docente, ao menos em algum atributo, melhor pode ser sua atuação. É importante destacar que na rede federal não existem professores que não tenham no mínimo o ensino médio como formação.

Tabela 4 - Formação dos docentes das redes estadual e federal do estado de Minas Gerais.

Ano	Estadual – (%)			Federal – (%)		
	Fundamental completo	Ensino médio	Ensino superior	Fundamental completo	Ensino médio	Ensino superior
2016	0,01	5,45	94,54	0,00	0,95	99,05
2017	0,00	4,78	95,22	0,00	0,70	99,30
2018	0,01	5,00	94,99	0,00	1,00	99,00

Fonte: Brasil, Inep (2019).

Embora os professores da rede estadual apresentem, majoritariamente, alguma formação superior, comportamento semelhante àquele observado na rede federal, um outro cenário é observado quando se trata de formação continuada, ou seja, a continuação da carreira acadêmica que demonstra a busca da excelência na área de atuação. A Tabela 5 apresenta as porcentagens de titulação e formação complementar referente aos docentes com graduação, indicados na Tabela 4.

Tabela 5 - Formação complementar dos docentes com ensino superior das redes estadual e federal do estado de Minas Gerais.

Ano	Estadual – (%)				Federal – (%)			
	Sem especialização	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem especialização	Especialização	Mestrado	Doutorado
2016	71,95	26,54	1,46	0,05	2,92	20,58	55,55	20,95
2017	73,08	25,13	1,74	0,05	2,18	18,05	56,59	23,18
2018	63,80	33,94	2,12	0,14	3,59	25,13	48,61	22,68

Fonte: Brasil, Inep (2019).

É possível observar através da Tabela 5, que a maioria dos profissionais da rede estadual, no triênio avaliado, não possuíam sequer uma especialização. Aqueles com títulos de mestre e doutor, mesmo somados, representam pouco mais de 2% do total, mesmo no ano com os melhores números, o de 2018. Em contrapartida, na rede federal o cenário é totalmente o oposto. Os mestres e doutores computam, juntos, mais de 71% do total.

O grau de formação do docente, está intrinsecamente relacionado ao incentivo proporcionado pela sua dependência administrativa. Ou seja, o profissional dificilmente estará disposto a se qualificar e se especializar se a rede de ensino no qual é contratado não valoriza a formação continuada. Levando em conta que as pós-graduações *latu*

sensu, principalmente no âmbito docente, costumam durar entre um e um ano e meio, e as pós-graduações *strictu sensu* por sua vez de dois a quatro anos, se torna compreensível a falta de esforço por parte dos docentes para realizar uma formação complementar, visto as dificuldades que os mesmos já encontram para realizar apenas o cumprimento de suas funções, como discutido anteriormente.

Panorama do desempenho das escolas públicas no ENEM

Embora não exclusivamente, os fatores discutidos anteriormente, em relação ao corpo docente das redes estadual e federal, podem apresentar relação direta no desempenho dos discentes envolvidos nos exames de avaliação realizados para mensurar a qualidade do ensino. O mais comum, e talvez mais importante para os próprios alunos, é o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. Esse exame, além de proporcionar dados estatísticos a respeito das escolas e dos alunos, também é a ferramenta necessária para o ingresso desses últimos nas instituições públicas de ensino superior, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Além disso, possibilita também pleitear uma bolsa em instituição privada através do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou na obtenção de um financiamento estudantil através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). A Tabela 6 apresenta uma média aritmética das notas das provas de Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias e Redação. Esses dados são referentes as escolas das redes estadual e federal do estado de Minas Gerais, no triênio 2016-2018.

Tabela 6 - Média aritmética das notas do ENEM das escolas da rede estadual e federal do estado de Minas Gerais.

Ano	Estadual	Federal
2016	505,01	621,72
2017	514,17	623,51
2018	520,37	635,38

Fonte: Brasil, Inep (2019).

Os dados apresentados na Tabela 6 revelam a discrepância no desempenho no ENEM das duas dependências administrativas avaliadas neste trabalho. Em todos os

anos avaliados, a diferença entre as médias de cada rede sempre foi maior que 100 pontos. Obviamente que as médias não fornecem dados suficientes para se compreender qual a maior deficiência de cada rede em relação às 4 provas e à redação. Entretanto é possível indicar que os alunos da rede federal de ensino apresentam um desempenho superior ao observado pelos alunos da rede estadual. A relação desse desempenho com a qualidade do corpo docente é discutível, uma vez que outros fatores como qualidade da estrutura física das escolas, acesso a livros e laboratórios também devem ser levados em consideração (FERREIRA, 2000; MONTEIRO; SILVA, 2015). Porém, é possível definir relação entre o desempenho dos alunos e as características do tipo de contratação dos docentes. Costa, Arraes e Guimarães (2015) concluíram, ainda, que melhores desempenhos foram observados em escolas que apresentavam maior número de profissionais concursados. Levando-se em conta os dados apresentados e discutidos anteriormente, uma vez que a rede federal é aquela que mais emprega nesse tipo de vínculo, pode-se associar tal fato à comparação feita sobre médias observadas na Tabela 6.

Outro dado interessante sobre o desempenho das duas redes na prova do ENEM é apresentado na Tabela 7. Esta traz as dez escolas do estado de Minas Gerais mais bem colocadas no ranking do ENEM, levando em conta apenas as dependências estadual e federal. A posição de cada foi calculada através das médias das notas das quatro provas e da redação.

Tabela 7 - Ranking de desempenho no ENEM das escolas das redes estadual e federal de Minas Gerais.

Posição	2016	2017	2018
1º	Federal	Federal	Federal
2º	Federal	Federal	Federal
3º	Federal	Federal	Federal
4º	Federal	Federal	Federal
5º	Federal	Federal	Federal
6º	Federal	Federal	Federal
7º	Estadual	Federal	Federal
8º	Estadual	Federal	Federal
9º	Estadual	Federal	Federal
10º	Estadual	Federal	Federal

Fonte: Brasil, Inep (2019).

Mais uma vez é possível observar o domínio das escolas da rede federal frente a rede estadual. Apenas no ano de 2016 escolas administradas pelo estado se configuraram entre as 10 mais bem colocadas no estado de Minas Gerais, sendo que nenhuma delas foi capaz de estar entre as 3 primeiras. Nos anos de 2017 e 2018 apenas instituições federais se apresentaram dentre as 10 mais bem colocadas nesse modelo de avaliação. Embora seja importante ressaltar a incapacidade destes critérios para se definir todas as razões que influenciam a qualidade ou não de uma rede de ensino, as comparações mostram-se pertinentes e podem ser levadas em consideração.

Considerações finais

Ainda que tal fenômeno possa ser explicado pela associação de alguns fatores, é importante ressaltar a tendência observada através das análises apresentadas neste trabalho e a influência das condições de trabalho. Sugere-se, em trabalhos futuros, que outros critérios sejam inseridos na análise, entretanto, a partir dos dados apresentados e discutidos, já é possível que se trace uma relação direta entre a qualidade da carreira docente e a qualidade do processo educacional. Dessa forma é muito importante incentivar a busca de melhorias do processo de aprendizagem, não apenas através de mudanças nos currículos escolares como também na mudança no perfil do docente e sua consequente valorização. É um fato que o país se encontra distante de uma realidade ideal, porém é necessária a conscientização da importância do papel docente na formação dos alunos. Um compromisso entre estado e escolas, de qualquer dependência, deve existir a fim de se planejar o futuro da educação. Incentivos a carreira docente desde a educação básica, valorização da profissão e estímulos a uma formação continuada são medidas urgentes. A conscientização puramente pedagógica é necessária, mas sem mudanças significativas de ordem prática e estrutural, dificilmente haverá progresso.

Referencias

- ARAÚJO, A. B. O trabalho educativo entre metas e produtividade: o acordo de resultados em Minas Gerais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, p. 1–20, 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação. EDITAL Nº 3, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018 E RETIFICAÇÕES POSTERIOES. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**,

24 de dez. de 2018. Disponível em:

<https://concurso.fundacaocefetminas.org.br/documentos/Editaln3de2018EBTTConsolidado41636935924447911213.pdf>. Acesso em: 3 de setembro 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Metodologia inédita do Inep abre debate sobre remuneração média de professor da educação básica. **Portal do Inep**, 21 de jun. de 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/metodologia-inedita-do-inep-abre-debate-sobre-remuneracao-media-de-professor-da-educacao-basica/21206. Acesso em: 28 de agosto 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Microdados. **Inep**, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 20 de agosto 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Piso salarial do magistério é reajustado a partir de janeiro. **Valorização do professor**, 9 de jan. de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=72571>. Acesso em: 03 de setembro 2019.

COSTA, L. O.; ARRAES, R. DE A. E; GUIMARÃES, D. B. Estabilidade dos professores e qualidade do ensino de escolas públicas. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 261–298, 2015.

FERREIRA, A. C. C. **A Importância da infraestrutura na escola pública** : visão geral da importância estrutural no ambiente pedagógico. n. 2006, p. 1–16, 2000.

GURGEL, R. F.; SOUSA JÚNIOR, L. DE. Uma análise de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério da educação básica pública no Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 3, n. 10, p. 1–19, 2013.

HANUSHEK, E. A. Assessing the Effects of School Resources on Student Performance: An Update. **Education Evaluation and Policy Analysis**, v. 19, n. 2, p. 141–164, 1997.

LOURENCETTI, G. DO C. A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula. **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 52, p. 13–32, 2014.

LOUZANO, P. et al. **Quem quer ser professor?** Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. p. 543–568, 2010.

MONTEIRO, J. DE S.; SILVA, D. P. DA. A Influência Da Estrutura Escolar No Processo De Ensino-Aprendizagem: Uma Análise Baseada Nas Experiências Do Estágio Supervisionado Em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 19–28, 2015.

NOTA TÉCNICA N° 04/2019, **Confederação Nacional de Municípios**, 7 de fev. de 2019. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_04_2019_piso_salarial_magist%C3%A9rio_2019.pdf. Acesso em: 3 de setembro 2019.

PAIVA, G. S. Recortes da formação docente da educação superior brasileira: aspectos pedagógicos, econômicos e cumprimento de requisitos legais. **Ensaio**, v. 18, n. 66, p. 157–174, 2010.

PATI, C. A variação chocante nos salários de professores em 27 países. **Revista Exame**, São Paulo, 13 de set. de 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/a-variacao-chocante-nos-salarios-de-professores-em-27-paises/>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 15, p. 82–98, 2007.
PINTO, J. M. D. R. Remuneração adequada do professor: Desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, p. 51–67, 2009.

SANDERS, W. L.; RIVERS, J. C. Cumulative and Residual Effects of Teachers on Future Student Academic Achievement. **Research Progress Report**, 1996.

ZONATTO, V. C. DA S. et al. Relação entre qualificação do corpo docente e desempenho acadêmico dos cursos de ciências contábeis no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes : uma análise das Universidades da região sul do Brasil dos cursos de ciências contábeis no Exame Nacional de. *In: XVIII Congresso Brasileiro de Custos*, p. 1–15, 2011.

Submetido em: 25/09/2019.

Aceito em: 28/03/2020.

Publicado em: 27/05/2020.

Como referenciar este artigo:

SANTOS, Bernardo Augusto Farah; SERENARIO, Maria Eduarda Dias; VIEIRA JUNIOR, Niltom. Condições de trabalho docente como diferencial no desempenho de alunos no ENEM no triênio 2016-2018. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, p. 369-383, jan./dez., 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.4591. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>. e-ISSN: 2359-2087.